



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico

ATA

Nº do Processo: 020.00008437/2023-11

Interessado: CRHi

Assunto: Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH 14.08.23

ATA EXECUTIVA
Reunião Plenária Ordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 15 de dezembro de 2022

Local: Auditório CONSEMA - Pinheiros - São Paulo - SP

Presenças

A relação de todos que assinaram a lista de presença encontra-se devidamente arquivada na Secretaria Executiva – CRH.

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de SP

- Ademir Cleto de Oliveira, representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Adriana Tedesco Telerman, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Fernando Chucre, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e Presidente do CRH;
- Francisco Matturro, Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

- Iara Bueno Giacomini, Coordenadora de Recursos Hídricos–CRHi e Secretária Executiva do CRH;
- José Amaral Wagner Neto, Secretário Executivo da SIMA;
- Juan G. Almeida, representando a Secretaria de Logística e Transportes;
- Luís Fernando Milan Muniz Cavalheiro, representando a Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Luís Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde;
- Sergio Luiz Damiani, representando a Secretaria da Educação.

Conselheiros pelo segmento Municípios

- Eder Ruiz M. Andrade, P.M de Sabino;
- Fernando Augusto de Siqueira, representando a P.M de Roseira;
- Gabriela Tolentino Sá, representando a P.M de Araçoiaba da Serra;
- João Carlos dos Santos, P.M de Garça;
- Marco Antônio Jacomeli de Freitas, P.M de Martinópolis;
- Moacyr Alves de Souza, representando a P.M de Ferraz de Vasconcelos;
- Vinícius Cruz de Castro, representando a P.M de Morro Agudo.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil

- Adriana Menezes da Silva, FAESP;
- Amauri Pollachi, APU;
- André Elia Neto, UNICA;
- Anícia Aparecida Baptistello Pio, FIESP e Alexandre Luis Almeida Vilella, CIESP;
- Cláudio Bedran, Instituto Ambiental Planeta Verde;
- Ester Feche Guimarães, AESabesp;
- Luiz Roberto Gravina Pladevall, ABES e Carlos Eduardo Giampá, ABAS;
- Marcelo Rodrigues Sampaio, SINDIPEDRAS;
- Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, SOS Mata Atlântica;
- Priscila Bezerra, ABCON.

Convidados com direito a voz

- Alexandra Facciolli Martins - Ministério Público do Estado de São Paulo;
- Carlos Roberto dos Santos, CETESB;
- Prof. Dr. Antonio Cezar Leal, UNESP;
- Prof. Dr. José Gilberto Dalfré Filho, UNICAMP;
- NeiRoberto, representando o CREA/SP;
- Fabricio Dorado Soler, OAB/SP;
- Maria de Lourdes d'Arce Pinheiro, PGE-Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

1. Abertura. Constatado quórum regimental Fernando Barrancas Chucre, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e Presidente do CRH, agradeceu as presenças e presidiu os trabalhos iniciando a reunião.

2. Apreciação da ata da reunião de 28/04/2022. Após dispensada a leitura, a Ata foi aprovada por unanimidade.

3. Comunicações. José Amaral Wagner Neto, Secretário Executivo da SIMA destacou diversas ações realizadas pela SIMA, entre elas, o novo Zoneamento Econômico Ecológico do Estado de São Paulo- ZEE, Plano de ação climática do Estado de São Paulo para 2050 com metas intermediárias para 2030, Plano Paulista de Energia e, para 2023 serão entregues duas barragens, Pedreira e Duas Pontes, de importância fundamental para a bacia do PCJ. Comunicou ainda que, Iara Bueno Giacomini assumiu o cargo de Coordenadora de Recursos Hídricos e a CRHi contará com o reforço institucional de mais três técnicos. A Secretária Executiva do CRH e Coordenadora de Recursos Hídricos Iara Giacomini, agradeceu pela confiança nos trabalhos e pela indicação, assumindo com muita honra o cargo. Resumiu sua jornada profissional na Secretaria, detendo, entre seus títulos Acadêmicos, Mestrado de Gestão e Governança da Água-IHE Delft Institute for Water Education (UNESCO-IHE) – Holanda. Em seguida apresentou, em panorama, ações realizadas pela CRHi em 2022, diversos produtos entregues pelo Projeto de Apoio para o Fortalecimento da Capacidade de Prevenção e Gestão de Crises Hídricas no Estado de São Paulo, com diagnóstico participativo dos órgãos gestores DAEE e CETESB e o Workshop de Integração do SIGRH–2022, em um encontro presencial de quatro dias de eventos, reunindo mais de 110 pessoas e 35 instituições, incluindo a Agência Nacional de Águas-ANA, estabelecendo diretrizes para o planejamento e gestão dos recursos hídricos.

4. Deliberações. Todas as Deliberações, com a redação final aprovada, são publicadas na webpágina do CRH <https://sigrh.sp.gov.br/crh/deliberacoes>.

4.1. Referendum à Deliberação CRH No. 270 que “Aprova o Relatório Anual de Certificação do alcance das metas do período 2021 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, para o Estado de São Paulo”. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. O Secretário explicou que aprovaram Ad referendum porque precisavam cumprir o calendário da ANA, para receber os recursos uma vez que os Comitês cumpriram as metas do

PROCOMITÊS.

4.2. Deliberação CRH No. 271 que “Aprova o calendário eleitoral, os procedimentos para cadastramento, eleição e indicação dos representantes das entidades do segmento Sociedade Civil no CRH, para o período 2023-2025”. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva do CRH Lara Giacomini solicitou colaboração de todos para divulgarem indicando pessoal técnico da gestão dos recursos hídricos compromissados com os muitos trabalhos que terão pela frente em 2023. Anícia Baptistello Pio (FIESP) sugeriu repensar o período do mandato de dois anos e, Maria Luiza Ribeiro (Malu) pela Fundação SOS Mata Atlântica, ampliou, solicitando se debruçarem também sobre outros temas, como a composição do sistema, sugerindo a criação de um Grupo técnico, que poderia ser na Câmara técnica de assuntos jurídicos-CTAJI e, solicitou o reaproveitamento, quando possível, da documentação das entidades já cadastrada no sistema, sem a necessidade de reenvio da documentação. A Dra. Alexandra Facciolli (Ministério Público do Estado de São Paulo) solicitou, reforçou o que já havia dito em reuniões anteriores, maior frequência nas reuniões do CRH, de preferência trimestralmente. E também que é importante o Conselho repensar a paridade do segmento da Sociedade Civil Organizada. A Secretária Executiva do CRH colocou que o tema está em análise, quando a análise estiver pronta será apreciada pelo Conselho, O Trabalho está sendo feito de forma conjunta e deverá propor um regramento único para todos os Comitês, inclusive participam como convidados nas discussões do Fórum Paulista dos Comitês e, nesse sentido Amauri Pollachi comunicou que o Fórum Paulista dos Comitês-FPCBH propôs coordenar um Grupo de Trabalho para aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 119/2022 da Deputada Marina Helou, que altera a Lei nº 7.663 da Política Estadual de Recursos Hídricos, e disse também sobre a importância de reforçar e incentivar a participação da Sociedade Civil nas decisões do Estado, que confia que será mantido e reforçado na próxima gestão do Governo do Estado. Propôs também reaproveitamento das vagas não preenchidas no processo eleitoral da Sociedade civil para que o próprio segmento decida. Na sequência o plenário debateu sobre a melhor forma de composição. César Louvison, Coordenador da CT Assuntos Jurídicos mostrou que qualquer alteração nos quantitativos implica na revisão da Lei 7663.

4.3. Deliberação CRH No. 272 que “Aprova o Relatório de situação dos recursos hídricos no estado de São Paulo - ano base 2021”. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva do CRH apresentou, em síntese, os principais aspectos do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos ano base 2021, entre eles, que o Relatório foi elaborado em três partes (i) caracterização da situação dos recursos hídricos, contendo dados relevantes da demanda, disponibilidade e qualidade das águas; (ii) acompanhamento do Plano Estadual-PERH e; (iii) dados sobre a gestão e a governança. As outorgas que autorizam a captação das águas, com a base de dados DAEE e ANA, mostram aumento de consumo, tanto no número de captação quanto da vazão, revelando, o que já se sabia, anualmente consomem mais água. E sobre a qualidade da água superficial, pelo parâmetro IQA, a rede de monitoramento revelou que, de 2017 para o ano 2021,

houve perda em 5% de dados ótimos ou bons, com perda na qualidade da água. Na governança, Programas como o PROGESTÃO e o PROCOMITÊS contribuíram com repasse de recursos para a gestão dos recursos hídricos Paulista. Francisco Maturro Secretário da Agricultura e Abastecimento relatou os sucessos dos Programas da Secretaria, como o Melhor Caminho, para perenização de estradas rurais contribuindo para o desassoreamento dos córregos, rios e nascentes e, a transição da agricultura convencional, com utilização de agrotóxicos para a agroecológica, de forma equilibrada, que não prejudique financeiramente nenhuma parte.

4.4. Deliberação CRH No. 273 que “Aprova indicação ao FEHIDRO de empreendimentos de abrangência estadual ou regional para o exercício de

2022”. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. A Secretária explicou que se trata de uma Deliberação de praxe, com recursos que o CORHI indica ao final de todos os anos cotemplando empreendimentos de abrangência estadual ou regional. Entre eles, a adequação tecnológica das atividades de amostragem das redes de monitoramento da qualidade de águas superficiais e subterrâneas da CETESB para melhorar as condições e a continuação do monitoramento da qualidade das águas; pelo DAEE a fase 2 do projeto de automatização da rede hidrológica básica no Estado de São Paulo. Amauri Pollachi (CBH-AT entidade APU) sugeriu que adotassem como política a devolutiva dos resultados desses projetos indicados anualmente, com apresentação dos resultados dos projetos para o acompanhamento do plenário. O Presidente solicitou justificativa da CETESB por optar pelos automóveis elétricos.

4.5. Deliberação CRH No. 274 que “Aprova a destinação dos recursos financeiros advindos da 2ª certificação do PROGESTÃO – Ciclo 2 e atualiza a programação quadrienal do CAPACITA-SIGRH”

A Deliberação, conforme apresentada, foi aprovada por unanimidade. O CAPACITA-SIGRH oferece o benefício de capacitação para integrantes do sistema, baseado em competências, para suprir lacunas de conhecimento dos atores, fortalecendo com a ciência e o conhecimento a gestão integrada por intermédio de cursos gratuitos. Desde que o Programa foi criado, em 2020, ofereceu mais de 2.450 vagas, com mais de 2400 h/aulas de capacitação. Estabeleceu parcerias com diversas entidades, SENAC, FUMEP, IPT, CETESB, Universidade Griffith-Austrália e Universidade Queens Mary-Inglaterra. São diversos temas relacionados aos recursos hídricos, como os instrumentos da política estadual de recursos hídricos, a utilização do Fundo FEHIDRO; conhecimento instrumental para o desempenho de competências, segurança de barragens; resolução de conflitos e aspectos da governança, entre outros, selecionados conforme demandas dos próprios atores do sistema. Entre os cursos previstos para 2023, estão a Gestão integrada de recursos hídricos como ferramenta de gestão para as mudanças climáticas; Legislação ambiental e marco legal e regulação.

4.6. Deliberação CRH No. 275 que “Aprova os critérios, os prazos e os

procedimentos para a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica-PBHs e dá outras providências”. A Deliberação, conforme apresentada, foi aprovada, por unanimidade. A Secretária Executiva do CRH apresentou breve histórico sobre o conteúdo dos Planos de Bacia. Que a Deliberação propõe algumas novidades, como o Roteiro Orientador, uma nova metodologia para a elaboração, estruturação e conteúdo para elaboração dos PBHs que subsidia a elaboração do PERH. Serão mantidos os conteúdos obrigatórios conforme preconiza as legislações pertinentes e tem entre seus objetivos (i) Elaborar planos mais operacionais, que façam jus à sua função de instrumento de gestão, sendo ferramenta para tomada de decisão; (ii) Elaborar planos mais claros e objetivos, conferindo maior transparência à gestão de recursos hídricos; (iii) Internalizar nos CBHs o processo de elaboração, o acompanhamento e a avaliação final do PBH (execução física e financeira, incluindo as ações setoriais); (iv) Evidenciar o nexos entre as demandas identificadas no diagnóstico/prognóstico com as ações definidas para geri-las; sempre objetivando aprimorar a tomada de decisão e, conforme consta a íntegra do documento Roteiro Orientador disponibilizados aos Conselheiros e aos CBHs. Amauri parabenizou toda a equipe que trabalhou na proposta e propôs prioridade no Roteiro para o Plano de contingenciamento anticrises hídricas como prioridade no Plano de Bacias. Na Deliberação incluir as Agências de Bacia enquanto executores dos Planos de Bacia. André Elia Neto, (UNICA) foi contrário à inclusão das FABHs no Artigo e, na sequência da reunião, o plenário debateu pela inclusão, ou não, na Deliberação das Agências de Bacias-FABHs. Maria de Lourdes d'Arce Pinheiro (PGE-Procuradoria Geral do Estado de São Paulo) explicou que tecnicamente não seria adequado incluir, ressaltando que a posição não implicava em desprestígio às FABHs. Luís Sérgio Ozório Valentim (Secretaria da Saúde) parabenizou pelos trabalhos e solicitou destaque também nos Planos para a potabilidade da água, os mananciais como matéria-prima para produção da água, como fator condicionante e determinante para a saúde da população e, se colocou à disposição para aprofundar o debate, incluindo algumas referências importantes para a Saúde, o cenário de risco de fatores que alteram a potabilidade, e que permitam o acesso da população mais vulnerável à água. Ester Feche Guimarães (AESABESP) também parabenizou os trabalhos e questionou a integração das informações com os Planos de Saneamento. A Secretária Executiva expôs que já estão em tratativas com o setor procurando compatibilizar com as metas de saneamento que, se realmente não forem as mesmas, que sejam muito coesas.

4.7. Deliberação CRH No. 276 que “Define o conceito de crise hídrica e aprova o Plano de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2024-2027”. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Considerando que definir o conceito de crise hídrica é necessário para a segurança hídrica assim como desenvolver um planejamento estratégico, a Deliberação estabelece em seu Artigo 1º o conceito de crise hídrica como o desequilíbrio, num dado intervalo de tempo, entre os aspectos físico-naturais e institucionais que comprometem o abastecimento hídrico e a qualidade de vida, tanto pela falta quanto pelo excesso de água, envolvendo aspectos do clima, da disponibilidade hídrica, da qualidade das

águas e da governança das águas. Já o Plano de Trabalho, para elaboração do PERH, oferece importantes indicativos para a nova gestão; considera o conteúdo do Plano atual vigente e a necessidade de considerar alguns produtos como a lacuna de conhecimentos, o plano de ação e o programa de investimento, o acompanhamento de execução e o planejamento integrado por bacia hidrográfica. Propõe priorizar temas e áreas críticas para direcionar recursos financeiros e esforços de articulação com foco na raiz do problema. Foram considerados os temas: Programa de capacitação permanente em recursos hídricos–CAPACITA-SIGRH; Programa estadual integrado de segurança hídrica composto por seis eixos de planejamento e de ação; aprimoramento do PA/PI PERH; Prevenção e gestão de crises hídricas e Ferramenta de Análise Integrada do Sistema de Cobrança pelo Uso da Água & Plano de Bacia – FAISCA. Malu Ribeiro considerou o conceito excelente, avançando além das obras de infraestrutura e conforme preconiza a ONU “definida como a capacidade que uma população tem de salvaguardar o acesso sustentável à água, em quantidade e qualidade adequadas à subsistência, ao bem-estar humano e ao desenvolvimento socioeconômico, garantindo a proteção contra a poluição e aos desastres relacionados à água e preservando os ecossistemas em clima de paz e de estabilidade política.” A Dra. Alexandra Faccioli solicitou aprimoramentos nos itens L, Q e V, além de incluir a questão da redução de perdas na rede, do aproveitamento de águas de chuvas no contexto da segurança hídrica. José Amaral Neto, Secretário Executivo da SIMA considerou pertinente e solicitou acatar as inclusões e aprimoramentos sugeridos.

5. Assuntos Gerais. Na finalização da reunião a Secretária Executiva do CRH informou que a transição dos trabalhos no âmbito dos recursos hídricos para a nova gestão de Governo, está ocorrendo de maneira bastante amigável e tranquila e, que ocorreu uma Audiência Pública sobre a quota do Lago de Furnas, com critérios de operação da usina e o estabelecimento de critérios de ações que asseguram o direito ao uso múltiplo das águas. A Dra. Alexandra solicitou acompanhamento mais próximo junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a proposta de resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para água de reuso não potável de água.

6. Encerramento. Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais itens pendentes, Fernando Barrancos Chucre, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e Presidente do CRH, agradeceu a participação de todos, parabenizando pela participação e deu por encerrada a reunião. Esta Ata é um resumo dos registros e das notas taquigráficas desta reunião Ordinária.

Fernando Chucre

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CRH

José Amaral Wagner Neto



Documento assinado eletronicamente por **Samanta Ivonete Salvador Tavares De Souza, Subsecretária**, em 30/08/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6194201** e o código CRC **398E4919**.
